



Entrevista Manuel Pinto de Abreu, secretário de Estado do Mar

O Ipimar vai renascer, para olhar o mar para lá das pescas

O laboratório do Estado dedicado à investigação das pescas vai passar a preocupar-se com todos os recursos do mar, incluindo os minérios

Teresa Firmino

● É a primeira entrevista em que o novo secretário de Estado do Mar, Manuel Pinto de Abreu, de 52 anos, fala das mudanças em curso. Engenheiro hidrógrafo, oceanógrafo e ex-comandante da Marinha, foi o chefe do projecto de extensão da plataforma continental, que dará ao país jurisdição sobre o fundo do mar para lá das 200 milhas. Além do Ipimar, envolto em indecisões na última década, se ir transformar num instituto com uma visão global do mar, Pinto de Abreu revela que há contactos com a empresa canadiana Nautilus Minerals, para avaliar os minérios no fundo do mar português; que o país precisa de fundamentar as suas posições face à reforma da Política Comum das Pescas com dados científicos sobre os stocks; que procura soluções para o navio que recolhe esse dados, parado desde 2010; ou que este ano se vai iniciar a construção de um robô submarino português.

O que muda na tutela do mar? Tínhamos uma visão do mar em Portugal que era as pescas, os portos, os transportes marítimos e pouco mais. Vamos passar a ter uma visão global. Não está fechada a organização da tutela do mar, mas podem apontar-se três eixos: a regulação, a investigação e a parte empresarial.

Na regulação das actividades do mar, na administração directa do Estado e que normalmente são as direcções-gerais, haverá uma aglutinação de todas as entidades em quatro áreas: os recursos vivos; os recursos não-vivos; ambiente marinho; e os serviços e actividades marítimas. Nos recursos vivos, a preocupação não serão só pescas, mas a aquicultura até ao aproveitamento de moléculas, portanto a biotecnologia e os recursos genéticos. Tudo isto a par de preocupações ambientais. Nos recursos não-vivos, há energia (os hidrocarbonetos), os recursos minerais metálicos e não-metálicos. Haverá ainda uma reorganização das empresas públicas. Por exemplo, a Docapesca, que trata dos portos de pesca e das lotas. Paralelamente, na administração

indirecta do Estado, está a investigação. Haverá uma nova organização dos laboratórios do Estado dedicados ao mar. Há a decisão de não criarmos novas entidades de investigação. Vamos procurar nas universidades e nos laboratórios do Estado quem tem competência para abordar determinada matéria.

E o que muda devido à troika?

Vamos fazer uma reorganização que reduza o número de cargos dirigentes superiores e intermédios na administração pública e o número de entidades. Conseguiremos reduções além do acordo de 15% com a troika. Não faz sentido a duplicação de meios.

O que vai desaparecer?

Podemos pensar num laboratório do Estado – o Ipimar [Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, sob a alçada do Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, ou INRB]. Neste caso, não será uma fusão, será o reaparecimento do Ipimar.

Como será o novo Ipimar?

Na área sob administração directa do Estado, aponte as valências dos recursos vivos, do ambiente (a biodiversidade), dos recursos não-vivos e dos serviços marítimos. Tudo isso terá de ter reflexo na investigação no Ipimar. Será um instituto que olha para todas as valências do mar, e não só as pescas. Não quer dizer que

tenha uma área de investigação ligada ao transporte marítimo [por exemplo]. Mas terá por preocupação essa investigação, que pode ser feita com recurso às universidades. Se há áreas em que não se leva a cabo investigação, vamos fazer como na Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC). Tinha pouca gente e trabalhava com investigadores que não eram da estrutura. Foi um modelo vencedor, que quero replicar em maior escala nesse instituto. O novo Ipimar há-de trabalhar também na valorização do mar e não só na investigação de base. A investigação será aplicada, orientada para obter mais-valias do mar. A investigação de base é importante, nalguns casos iremos sugerir que se faça, mas continuará a ter lugar nas universidades.

Quando surgirá esse instituto?

A meta é ter esta reorganização concluída no final de Outubro.

Em 2002, Durão Barroso fundiu-o com o Instituto de Investigação Agrária. Surgiu o Instituto de Investigação Agrária e das Pescas. Em 2007, José Sócrates juntou-lhes o Instituto de Investigação Veterinária (LNIV) e surgiu o INRB. Como avalia estas fusões do Ipimar?

Os relatórios das avaliações internacionais apontam que não houve qualquer mais-valia dessa fusão. A última avaliação, de 2006, ainda antes da fusão com o LNIV, dizia que o caminho deveria ser a separação. Até questionava se não teria havido um retrocesso. Tirando alguns ganhos na área administrativa, os institutos funcionam de forma desgarrada. Faz mais sentido separar a área do mar e juntar-lhe outras capacidades.

O Ipimar pode ganhar muito se tiver alguns projectos em que já está envolvido, como o M@r@b@is, que é o sistema de informação da biodiversidade marinha, que está na Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM). No novo Ipimar pode haver uma área dedicada a projectos especiais, onde estão o M@r@b@is e outras actividades.

A EMAM, para onde passou o projecto da plataforma



Mar invadirá os ministérios

Comissão Interministerial vai funcionar em permanência

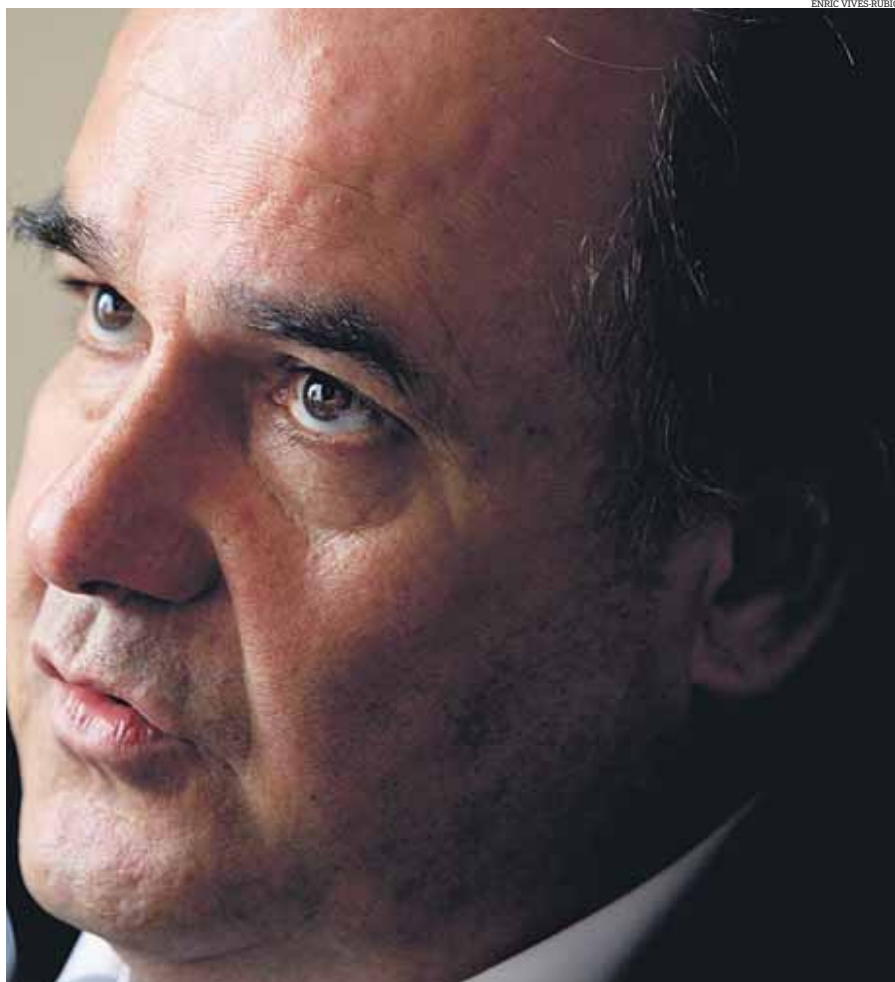
Qual será o papel da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), criada em 2007?

O mar é transversal a todas as áreas de governação. É impossível colocá-lo numa única tutela. Por isso, há um elemento complementar de governação: a CIAM. Tem duas reuniões por ano, onde são tomadas as decisões de Portugal para o mar. A Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar [EMAM, que vai acabar] tem acompanhado as acções decididas na CIAM através de um órgão informal: pontos focais nos diferentes ministérios. Quando a CIAM passou ser presidida pelo primeiro-ministro, em 2010, esses pontos focais eram os directores-gerais. Mas notou-se a necessidade de a CIAM funcionar todo o ano. Pretende-se

agora que os pontos focais sejam institucionalizados na orgânica da CIAM, para que se dê corpo às decisões e haja maior coordenação no Governo. É também chegado o momento de reavaliar a Estratégia Nacional do Mar, que está a meio do prazo, entre 2006-2016. E há alterações na União Europeia (UE) nas políticas do mar. Em Novembro vai lançar-se em Lisboa a Estratégia da UE para o Atlântico. Portugal, Espanha, França e Irlanda reflectiram sobre a sua visão do Atlântico e apresentaram a proposta.

Nas políticas de mar da UE, o litoral é a preocupação. Nesta estratégia, o mar profundo deve ter peso e o Atlântico deve ver-se a escalas diferentes, da segurança até aos ecossistemas de uma região. **T.F.**





ENRIC VIVES-RUBIO

Nova reforma da Política Comum das Pescas

Arrastões são uma hipótese para investigar os *stocks*

● O navio *Noruega*, do Ipimar, para estudo das pescas, está velho. Como vai resolver-se a falta de meios de investigação do mar?

O problema da investigação das pescas põe-se com acuidade, porque estamos num processo de reforma da Política Comum de Pescas (PCP). O *Noruega* está com limitações claras desde o final de 2010. Precisa de uma grande reparação, a questão é se vale a pena. Se pudéssemos, uma via seria comprar um navio, mas pode aparecer uma solução. Há parcerias, há boas vontades com outros países, há programas de desenvolvimento. Entretanto, temos de ver outras alternativas e estamos a estudar como é que os arrastões nacionais podem ajudar à investigação.

Refere-se à avaliação dos *stocks*?
Refiro-me à avaliação dos *stocks* de pesca e da distribuição de espécies e à possibilidade de se considerarem áreas, para além das clássicas, em que pode haver limitações de acesso a navios. Há áreas de reserva de acesso até às 12 milhas, que todos os países têm. Nos Açores e na Madeira, essa área é até às 100 milhas. Foi sempre ambição dos Açores prolongar essa reserva até às 200 milhas. Mas, em vez de se criar um anel à volta dos Açores e da Madeira [até às 200 milhas], a proposta nacional é que se estabeleçam restrições nas áreas em que a pesca possa causar prejuízos. E sustenta-se porque. E que isso não seja limitado no tempo, até 2020,

mas enquanto for necessário, tal como se faz na definição das quotas face ao estado do sistema.

A nova reforma da PCP pretende recuperar os *stocks* e acabar com as rejeições de peixe. Qual a posição de Portugal?

A proposta da PCP valoriza as preocupações ambientais mais do que outra área. O que se defendeu foi que tem de haver equilíbrio entre três pilares: as condições ambientais, económicas e sociais das populações. É bom que as rejeições sejam banidas, mas que se atenda aos três pilares.

Outra posição defendida pela senhora ministra [Assunção Cristas, no Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas em Julho] é que deve haver grande empenhamento em conhecer as condições dos *stocks*. Vemos posições antagónicas em relação a um determinado *stock*: que está em bom estado ou que está um desastre. Temos de levar a cabo estudos que sustentem uma decisão.

O que se defendeu nas quotas?

A posição nacional foi esta: temos um ano para discutir a medida que vai ser adoptada e devemos fazê-lo com a máxima informação. Não quer dizer que não tenhamos condições para pedir quotas superiores em algumas espécies. É um trabalho que não depende só da tutela, mas também do sector das pescas. Podemos dizer que queremos mais quotas, mas se é atribuída uma quota de uma espécie que não pescamos... T.F.

continental, funde-se no Ipimar?

O projecto de extensão da plataforma é sagrado, há-de ter um lugar próprio. O resto da actividade da EMAM vai ser reorientado para a nova organização.

A proposta da plataforma continental já foi entregue na ONU, em 2009. O que se segue?

O projecto de extensão da plataforma é de interesse nacional inquestionável e vai continuar. Há áreas da proposta que têm de ser consolidadas, nomeadamente a recolha de amostras geológicas. Quando a proposta foi entregue na Comissão de Limites da Plataforma Continental [na ONU], apresentouse ao Governo um plano do que era necessário fazer até 2016 [quando for nomeada a subcomissão que avaliará o projecto, pelo que até lá pode reforçar-se com mais dados]. Ao recolhermos as amostras geológicas, podemos ir avaliando os recursos. Por outro lado, temos recolhido recursos genéticos [no M@r@b@is]. Fazem-me sempre uma pergunta: quanto vale o mar português? Só é possível responder quando fizermos uma prospeccção sistemática. A resposta é importante para convencer os

investidores a vir para cá.

Há um plano de prospeccção dos recursos no mar, é isso?

Vamos tentar obter parcerias internacionais, com empresas e outros institutos de investigação, que nos ajudem nesse trabalho. Recolhamos amostras geológicas com teores favoráveis de determinados metais, interessantes para possíveis investidores. Mas temos de tirar as dúvidas e essa prospeccção exige meios. Se arranjarmos um parceiro internacional, melhor. Para valorizar o fundo do oceano, temos de divulgar o que lá está a possíveis investidores. Em todo o mundo, talvez haja duas empresas mineiras com capacidade de explorar o fundo do oceano. Uma é a Nautilus. E há uma ou outra associada ao Governo chinês. Mas nenhum Estado tem essa capacidade. Temos interesse em que venham fazer a exploração.

A Nautilus quis fazer, há alguns anos, prospeccções no mar português. Nunca pôde avançar. Esse *dossier* está a ser acautelado. Depende também da tutela da Economia. Mas está a andar. Aliás, tive uma reunião com a Nautilus

há um mês, em Lisboa. Esta é uma hipótese para a prospeccção de minérios. E não só: quando se vai ao mar, vê-se tudo o que se pode fazer.

A prospeccção no mar não tem legislação, excepto o petróleo. Também isso está a andar. Fazem-se protótipos de robôs marinhos que nunca chegam aos cientistas. Portugal acabou por comprar um veículo operado à distância (ROV), o *Luso*, a uma empresa norueguesa. Como se quebra este ciclo?

Este ano só não foi iniciada a construção de um ROV português por restrições orçamentais. A ideia não foi abandonada. A Argus, a empresa que nos vendeu o *Luso*, está interessada. É um ROV mais pequeno, que vai até aos 3000 metros [de profundidade] e não exige uma infra-estrutura tão grande [como o *Luso*, que vai aos 6000]. Uma parceria destas permite que esses equipamentos sejam vendidos e usados. A ideia é o novo Ipimar também ter esta valência. Se queremos promover o regresso ao mar, temos de ter os instrumentos para conhecer o nosso mar e nos afirmarmos.